

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

A Ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, referiu na Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Setor Público, no dia 25 de junho, que a renegociação dos IGRF levada a cabo pelo Governo «não custou dinheiro aos contribuintes». Esta ideia foi sendo repetida e sublinhada posteriormente, nomeadamente na última audição de Maria Luís Albuquerque, já em agosto.

Ora, de acordo com a informação enviada à comissão de inquérito e já revelada publicamente pelo Governo, o Estado, através das empresas públicas, entregou 1037,2 milhões de euros às instituições financeiras para cancelar IGFR ativos. Logo, partindo destes dados, vemos já que o cancelamento dos chamados swaps custou mais de mil milhões aos contribuintes. Mas a então secretária de Estado do Tesouro e atual Ministra opõe-se, tentando atirar areia para os olhos dos cidadãos, dizendo que «o efeito é neutro, porque o lado do IGCP compensa o lado das empresas». Ou seja, o fecho das posições positivas do IGCP compensaria o pagamento aos bancos.

Esta posição não faz qualquer sentido, pois se um cidadão tiver mil euros no banco e perder mil euros no casino, não pode nunca dizer que o impacto é neutro, pois ficou mais pobre. É o mesmo caso com os dados referidos do IGCP.

Mas esta posição de Maria Luís Albuquerque levanta enormes dúvidas ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Em primeiro lugar, uma nota enviada pelo gabinete de Maria Luís Albuquerque ao Parlamento, no dia 27 de junho, refere que «quanto ao valor dos IGRF detidos pelo IGCP e utilizados para fechar as operações detidas pelas empresas públicas, o IGCP indicou dispor de um conjunto de instrumentos (IRS) com perfil de risco direcional simétrico aos das empresas e com um “mark-to-market” positivo à volta de € 830.000.000». Este valor está 207,2 milhões de euros abaixo do que foi entregue aos bancos para cancelarem os IGRF, não cobrindo a totalidade do valor entregue aos bancos.

Em segundo lugar, os despachos de fecho de contratos referem que as Empresas Públicas Reclassificadas, englobadas no perímetro orçamental, não tendo «fundos para fazer face» à despesa inerente ao fecho dos contratos, receberam o dinheiro necessário «por via de um empréstimo da DGTF», sendo que «a disponibilização de fundos à DGTF será feita pelo IGCP por via de um adiantamento de tesouraria». Esta informação demonstra que o dinheiro do IGCP não foi utilizado para sanear a dívida das empresas resultante do fecho dos contratos, mas sim para emprestar a essas empresas públicas. Resta saber quanto irão as empresas pagar por esses empréstimos, num total de 848 milhões de euros, e quando terão de os devolver.

Em terceiro lugar, no Orçamento do Estado Retificativo 2013, é efetuado um «reforço das dotações de capital e/ou empréstimos às Empresas Públicas Reclassificadas dentro do perímetro das administrações públicas, num montante equivalente ao necessário para assegurar a liquidação antecipada das operações de derivados financeiros». O montante não é em qualquer momento especificado, mas o Governo criou, de facto, uma almofada para o cancelamento dos contratos. É essencial percebermos em quanto está avaliada essa almofada e se será utilizada.

Por último, o cancelamento das posições positivas por parte do IGCP significa que o custo da dívida irá aumentar. Ou seja, as posições positivas estavam a garantir ao Estado pagar menos juros pela dívida pública. Com o seu cancelamento, esse benefício perde-se.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera fundamental o total esclarecimento destas questões, para todos os cidadãos avaliarem com todos os instrumentos ao seu dispor a conduta do Governo durante este processo.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Estado e das Finanças, as seguintes perguntas:

1. Em que datas irão as empresas públicas reclassificadas devolver os 848 milhões de euros emprestados pela DGTF?
2. Qual a taxa de juro que cada empresa está a pagar pelo empréstimo da DGTF? Quanto gastará cada empresa anualmente com o pagamento de juros destes empréstimos?
3. Em que anos é expectável que o pagamento destes juros e a devolução dos empréstimo tenham impacto orçamental?
4. Como será coberta a diferença entre os 830 milhões de euros obtidos pelo cancelamento das posições positivas do IGCP e os 1037,2 milhões de euros já pagos à banca?
5. Quando estima o Ministério das Finanças que as contas da STCP, EGREP, CP e AdP venham a ser englobadas no perímetro orçamental?
6. Dizendo a Ministra das Finanças que o que estas quatro empresas pagaram pelo cancelamento dos IGRF não custa nada aos contribuintes, porque está tão preocupada com o défice e a dívida da CP, por exemplo, e até a pretende privatizar, alegando riscos orçamentais?
7. Qual o valor do reforço efetuado no Orçamento do Estado Retificativo 2013 para a liquidação dos IGRF? Esse valor será utilizado?
8. Qual o aumento anual dos gastos com os juros da dívida pública devido ao cancelamento das posições positivas do IGCP?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 16 de Agosto de 2013

Deputado(a)s

ANA DRAGO(BE)